

Directoria Nacional da Polícia Judiciária**Despacho (extracto) n.º 4007/2008**

Por despacho de 21 de Janeiro de 2008, do Director Nacional-Adjunto da Polícia Judiciária, Dr. Baltazar Pinto:

Teresa da Conceição Fernandes Saraiva Pórcio e Teresa Judite Colaço de Castro e Silva, especialistas auxiliares de escalão 5 do quadro do Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais — promovidas, após procedimento interno de selecção, a especialistas auxiliares de escalão 6 do mesmo quadro.

(Não estão sujeitas a fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

22 de Janeiro de 2008. — Pelo Director do Departamento de Recursos Humanos, *António Barbosa*.

Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.**Aviso (extracto) n.º 3802/2008**

Nos termos do artigo único da Portaria n.º 237/2007, de 8 de Março, e por meu despacho de 14 de Janeiro de 2008, faz-se público que foi, em 15-01-2008, anexado o Cartório Notarial de Beja, à Conservatória do Registo Predial da mesma localidade.

23 de Janeiro de 2008. — O Presidente, *António Figueiredo*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**Gabinete do Ministro****Despacho n.º 4008/2008**

Nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 379/93, de 5 de Novembro, foi criado pelo Decreto-Lei n.º 101/97, de 26 de Abril, o Sistema Multimunicipal de Saneamento da Ria de Aveiro, para recolha, tratamento e rejeição de efluentes dos municípios de Agueda, Albergaria-a-Velha, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Mira, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar e Vagos. Posteriormente, através do Decreto-Lei n.º 329/2000, de 22 de Dezembro, o sistema foi alargado aos municípios de Espinho e Santa Maria da Feira. Estabelece o n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 329/2000, de 22 de Dezembro, que «o sistema poderá ser alargado a outros municípios, mediante reconhecimento de interesse público justificativo». Postula, nesse sentido, o n.º 2 do artigo 2.º ainda do mesmo diploma que «o interesse público referido no número anterior é reconhecido por despacho do Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, sob proposta da sociedade concessionária do sistema e ouvidos os municípios referidos no artigo anterior e no n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º do Decreto-Lei n.º 101/97, de 26 de Abril». Considerando que a sociedade concessionária do sistema multimunicipal de Saneamento da Ria de Aveiro, a SIMRIA — Saneamento Integrado dos Municípios da Ria, S. A., propôs o respectivo alargamento àquele município e que os municípios utilizadores se pronunciaram favoravelmente quanto ao mesmo, nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 329/2000, de 22 de Dezembro. Considerando que o Município de Cantanhede manifestou a sua intenção de aderir rapidamente ao sistema, em virtude de a ETAR de Cantanhede não ter capacidade para receber os efluentes da cidade, apesar dos investimentos que tem sofrido. Considerando, por último, o notório interesse público no alargamento do Sistema Multimunicipal de Saneamento da Ria de Aveiro, de forma a que este venha a incluir o Município de Cantanhede, no que respeita ao saneamento. Assim, determino: Que seja reconhecido o interesse público justificativo do alargamento do Sistema Multimunicipal de Saneamento da Ria de Aveiro, ao município de Cantanhede, o qual passará a ser utilizador do sistema.

28 de Janeiro de 2008. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo**Despacho (extracto) n.º 4009/2008**

1 — Em conformidade com as disposições conjugadas no n.º 1 do artigo 20.º e n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º, ambos da Lei n.º 2/2004, de 15 de

Janeiro, com a redacção dada pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, procedeu a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT) através dos avisos publicitados, respectivamente, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 224, de 21 de Novembro, no jornal *Diário de Notícias*, do dia 23 do mesmo mês, e na bolsa de emprego público (BEP), de 26 de Novembro, com o código de oferta n.º OE200711/0452, todos do ano de 2007, à divulgação da abertura do procedimento concursal com vista ao provimento no cargo de director de Serviços de Ambiente da CCDRLVT, previsto no quadro III do anexo a que se refere o artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 134/2007, de 27 de Abril, em conjugação com a alínea c) do artigo 1.º e o artigo 4.º da Portaria n.º 528/2007, de 30 de Abril.

2 — Findo o referido procedimento concursal e após ter sido dado cumprimento ao disposto no n.º 5 do já citado artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, na redacção dada pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, a escolha recaiu na candidata engenheira Maria Isabel Neto Gomes Rosmaninho por reunir as melhores condições para o desempenho do cargo a prover, porquanto demonstrou possuir as melhores qualificações técnicas para prosseguir as atribuições da respectiva unidade orgânica para a qual foi aberto o referido procedimento concursal, em virtude de ser detentora de experiência profissional e revelar dinamismo e sensibilidade para os novos desafios ao nível da gestão pública, capacidade de expressão oral e motivação para o desempenho e compreensão das especificidades inerentes ao mesmo, bem como possuir experiência de coordenação e chefia, denotando que é detentora das competências e aptidões para melhor prosseguir os objectivos da respectiva unidade orgânica.

3 — Atento aos fundamentos supracitados e considerando que a candidata reúne os requisitos legais e o perfil adequado para prover o cargo para o qual foi aberto o respectivo procedimento:

4 — Nomeio, em comissão de serviço, pelo período de três anos, a engenheira Maria Isabel Neto Gomes Rosmaninho, assessora principal do quadro de pessoal do ex-Instituto de Promoção Ambiental, gerido pela Agência Portuguesa do Ambiente, no cargo de directora de Serviços de Ambiente da CCDRLVT, nos termos conjugados dos n.ºs 8, 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

5 — O presente despacho produz efeitos a 1 de Fevereiro de 2008

28 de Janeiro de 2008. — O Presidente, *António Fonseca Ferreira*.

ANEXO**Nota relativa ao currículo académico e profissional da engenheira Maria Isabel Neto Gomes Rosmaninho****Currículo académico**

Licenciatura em Engenharia Química pelo Instituto Superior Técnico, no ano lectivo de 1976-1977, com a média de 14 valores.

Profissionalização em exercício para o magistério do 4.º grupo do ensino preparatório, realizada entre 1982-1984, com a classificação de 15,3 valores.

Estágio realizado na DGXI (Ambiente, Protecção dos Consumidores e Segurança Nuclear), organizado pela Comissão das Comunidades Europeias. Bruxelas, Maio-Junho de 1987.

Curso — «Formação Pedagógica de Formadores», com a duração de noventa horas. Instituto de Emprego e Formação Profissional, Lisboa, Novembro-Dezembro de 1997.

Curso — «Seminário de Alta Direcção», com a duração de quarenta horas. INA, Oeiras, de 7 a 11 de Março de 2005.

Currículo profissional

De Maio de 2007 até à presente data — chefe de divisão do Gabinete de Avaliação de Impactes Ambientais, nomeada em 21 de Maio de 2007, pelo director-geral da Agência Portuguesa do Ambiente, com efeitos a 1 do mesmo mês e ano.

Entre Julho de 2003 e Maio de 2007 — chefe da Divisão de Avaliação de Impactes Ambientais do Instituto do Ambiente.

Entre Outubro 1998 e Julho de 2003 — chefe da Divisão de Participação do Público do Instituto de Promoção Ambiental.

Em Junho de 2000 — foi nomeada assessora principal do quadro de pessoal do ex-Instituto de Promoção Ambiental, precedendo concurso. Entre Dezembro de 1997 e Outubro de 1998 — assessora na Divisão de Participação do Público do Instituto de Promoção Ambiental.

Entre Agosto de 1996 e Dezembro de 1997 — assessora na Divisão de Formação Ambiental do Instituto de Promoção Ambiental, sendo responsável pela coordenação e execução do Plano de Formação em Ambiente/96, aos níveis técnico, pedagógico e financeiro.

Entre Maio de 1993 e Agosto de 1996 — chefe da Divisão de Formação Ambiental do Instituto de Promoção Ambiental, com funções de coordenação de todas as actividades no âmbito da educação ambiental